O marxismo e seus rebatimentos no Serviço Social

1. A atualidade do marxismo

*João Antônio de Paula**

Na grande imprensa, e mesmo nas publicações científicas, acadêmicas etc. fala-se, com muita freqüência numa crise do marxismo. Uma crise geral, profunda, extensa etc. Quero justamente começar daí: reconhecer a existência de uma quantidade significativa de problemas, seja no plano da teoria seja no plano histórico ou na forma mesmo como o marxismo tem sido apropriado pelos movimentos sociais e tem se tornado, de alguma forma, roteiro de determinadas construções sociais. Ou seja, quero trabalhar também com a crise do socialismo, do dito socialismo real.

Então, procurarei discutir o significado dessa propalada e insistentemente reiterada crise do marxismo; de outro, discutir também o significado da tal crise do socialismo real, da destruição de um determinado modelo de socialismo, e, ao final, levantar algumas questões sobre o que está vivo e o que está morto no marxismo, digamos assim.

A primeira abordagem é a questão teórica. Quando se diz que o marxismo está em crise, apontam-se determinados pontos teóricos em que a explicação marxista, a contribuição marxista ou não seria suficiente para dar conta da realidade ou seria francamente falha. Uma crise que teria os seus componentes mais importantes, talvez, na análise econômica. Então se denuncia que a taxa de lucro não tende a cair, pelo contrário, a taxa de lucro sobe; se diz que a tendência à pauperização que estaria presente em algumas das análises de Marx, também não se verificou. A classe operária, em alguns países da Europa e em outros lugares do mundo, até melhorou a sua posição relativa em termos de salário real.

Essas críticas não são recentes. Desde o século passado, vários críticos do marxismo apontam essas pretensas falácias proféticas em Marx. Marx teria profetizado umas tantas coisas e essas coisas não teriam se verificado.

Ao caudal dessa crítica mais antiga, somaram-se recentemente outras críticas, e uma das mais contundentes é dizer, por exemplo, que a própria substância de onde Marx partia para fazer a sua análise — a luta de classes — também estaria derrogada. Decretaram o fim da luta de classes. E, como conseqüência, até o próprio conceito de classe, do qual partia Marx, estaria também em questão etc.

De outro lado, você tem uma crise histórica, quer dizer, o socialismo real faliu de forma estrepitosa. Houve uma sucessão, nos últimos meses. Não só a queda do Muro de Berlim, mas, enfim, vários países que tinham, em algum momento, adotado uma perspectiva de construção do socialismo, abandonam isso, e há um aparente retorno do mercado, uma certa vitória neoliberal que estaria grassando pelo mundo afora.

Este é o ponto de partida que eu queria tomar. Quer dizer, a existência dessas peças de *marketing*, de propaganda etc. muito poderosas, que estão balizando a discusão que se faz hoje sobre esse tema.

Queria também dizer que, na verdade, essas crises talvez se inscrevam numa crise mais geral ainda. Fala-se hoje no fim das utopias, no fim das ideologias. Existe uma profunda desconfiança nos sistemas teóricos globalizantes, totalizantes, como se fossem todos eles, em vez de totalizantes, totalitários. Como se fosse proibido, e fosse então um crime, pensar a sociedade de forma global, de forma a compreender as suas diversas determinações etc.

Há essa desconfiança com relação aos sistemas globalizantes de explicação do mundo e, ao mesmo tempo, uma certa valorização do fragmento. A palavra fragmento volta à moda e não é à-toa que um filósofo como Nietzsche, por exemplo, tenha tanta expressão hoje em dia, e mesmo um filósofo marxista como Walter Benjamin seja também hoje muito valorizado. Walter Benjamin, como todos sabem, é um autor que se preocupou, que buscou construir a sua obra, a partir exatamente do fragmento.

* Doutor em História e professor no Pós-Graduação de Economia da UFMG-CEDEPLAR.

Não estou querendo dizer que Nietzsche e Walter Benjamin sejam a mesma coisa, mas há essa semelhança, digamos formal, que, como me ensinaram os nossos velhos mestres, nunca está despida de implicações conteudísticas etc.

Enfim, este é um dos sintomas também do nosso tempo, do nosso momento. A crise das ideologias, a crise das utopias, o fim das utopias como o fim de um certo projeto do moderno. O moderno, ou a modernidade, estaria hoje em questão. Fala-se no pós-moderno, fala-se no fim, no esgotamento de certos paradigmas teóricos, políticos, históricos. Estaríamos vivendo um momento extremamente agudo de inflexão da história da humanidade, onde a perplexidade e a fragmentação são as palavras mais ouvidas e mais valorizadas.

E por que o moderno estaria em questão? Por que esta crise do socialismo, do marxismo, se insere nessa crise maior do moderno? Porque, eu acho que com razão, algumas das promessas do moderno não se realizaram ou se realizaram de forma perversa.

Uma das grandes promessas do moderno era, por exemplo, que a razão, ao ser viabilizada, levasse a humanidade a estágios superiores de vida coletiva, ao domínio da natureza, mas um domínio que fosse harmônico com a natureza, a uma convivência pacífica entre os homens.

Enfim, a razão, que era a grande promessa da modernidade, foi, de certa maneira, desmentida em parte por essas questões contemporâneas. Quer dizer, a ciência moderna, a ciência nascida dessa razão, aonde ela nos levou? Levou-nos, talvez, ao beco sem saída do holocausto nuclear. Enfim, essa confiança na razão teria realmente pontos concretos: a barbárie tecnológica, o caos das grandes cidades, esses problemas todos que os ecologistas denunciam e que, em certa medida são, digamos frustrações do moderno, resultados de um desenvolvimento do moderno que levou realmente a um problema.

Então, é todo esse irracionalismo que vivemos hoje, essa volta de um — vou usar aqui uma expressão weberiana — essa tentativa de reencantar o mundo, vitsa no misticismo, nas formas esotéricas, essa coisa das várias formas esotéricas ressurgidas hoje, do tarô, da astrologia etc.

São tentativas de recuperar uma certa maneira peculiar de ver o mundo que a modernidade, praticamente, baniu; o que Weber chamava de desencadeamento do mundo, da razão ocidental, essa coisa toda que agora volta como espécie de grande tábua de salvação a ser

retomada etc. Porque, efetivamente, o projeto moderno teria nos levado para um caminho extremamente complicado e cujo futuro ninguém pode prever com muita clareza.

É nesse contexto de crises que se superpõem, de crises que são econômicas, políticas, ideológicas, culturais etc. que devemos entender a crise do marxismo. Porque o marxismo, certamente, é a mais importante das heranças do moderno. É a mais significativa das criações da ilustração, do iluminismo. O marxismo deve ser entendido, na verdade, como o grande herdeiro da tradição iluminista, como a possibilidade concreta que ele trazia, que ele implicava, da construção de um novo mundo, de uma nova sociedade. Então, este é o caldo de cultura, complexo etc. que deve ser colocado como pano de fundo das reflexões que vamos fazer aqui.

Ao lado desse deslizamento das ideologias, principalmente da utopia socialista e do projeto socialista, haveria a ascensão do projeto neoliberal com toda a força. Seja na Inglaterra, com a Tatcher, seja nos Estados Unidos, com os sucessivos governos republicanos, e em outras partes do mundo também. Até no Brasil se fala em neoliberalismo.

Há um deslizamento, uma derrapagem do projeto socialista e do marxismo enquanto teoria, enquanto método. Haveria essa ascensão, essa sobrevalorização do mercado e do projeto neoliberal. E esse projeto neoliberal seria a única alternativa ao chamado socialismo.

Então, a coisa se colocou mais ou menos como se fosse um jogo onde houvesse dois competidores: a gestão burocrática da economia, representada pelos países do Leste europeu, e o mercado. Na medida em que a gestão burocrática da economia fracassa, a alternativa é o mercado.

Quero dizer que essa alternativa, essa disjuntiva é falsa. Em primeiro lugar, porque o mercado — e não sou eu que o digo, são todos os teóricos do mercado, desde Adam Smith até os mais recentes como Hayeck, como von Mises etc., que dizem e enfatizam — o mercado é um mecanismo de produção de desigualdades de renda e de riqueza. Esse é o mercado: um instrumento produtor e reprodutor de desigualdades.

Se você deixa o mercado funcionar, se ele funciona livre e plenamente, como os neoliberais pretensamente querem que funcione, o inevitável é a produção de desigualdades fantásticas, em termos de

riqueza, de renda, de propriedade etc. Com todas as conseqüências que nós aqui sabemos muito bem quais são.

Por outro lado, a gestão burocrática da economia não é o socialismo. Eu poderia discutir longamente até que ponto é legítimo chamar-se aquilo de socialismo. É um certo tipo de socialismo, não há porque negar isso, mas não é a única alternativa socialista existente. Se fizermos uma análise da Revolução Russa, que é certamente o paradigma fundamental para essa discussão, vamos ver o seguinte: nos anos 20, na União Soviética, digladiaram-se, se confrontaram vários projetos de construção socialista. Alguns, claramente marxistas, outros nem tanto, mas certamente havia várias alternativas, vários projetos.

Queria tratar especificamente de uma discussão, que é a questão da agricultura, para tentar mostrar o quanto é falsa a idéia de que o caminho adotado, o caminho stalinista, era o único e inevitável.

Vamos tomar a questão da agricultura, o encaminhamento da questão agrícola, da questão do campesinato na Rússia. Havia em disputa, naquele momento quatro projetos. Um Narodnik, populista, baseado nas idéias de Chaianov que, mais ou menos, dizia o seguinte: a Rússia tem uma longa tradição de propriedade comunal, e esta tradição não pode ser desprezada; a economia camponesa não é um estágio intermediário entre alguma coisa e outra, mas uma economia que veio para ficar; é um modo de produção específico.

Ele não dizia, exatamente, com essas palavras, mas é legítimo traduzir dessa forma, ou seja, é preciso considerar essa tradição camponesa russa como estável, como "definitiva", e não como algo passageiro, transitório, que seria socializado em algum momento.

Essa forma de entender a questão da agricultura, tal como colocada pelo Chaianov, confronta-se claramente com a perspectiva de Marx, de Kautski, de Lênin etc. Mas é uma perspectiva extremamente interessante.

Você teria uma segunda perspectiva que seria a do Bukharin, que, sem ser tão apegado à forma camponesa tradicional na Rússia, como a de Chaianov, também apontava para a necessidade de um ritmo mais lento na construção do socialismo, sobretudo porque o campesinato teria um papel fundamental nisso.

Bukharin é aquele sujeito que propõe um ritmo de construção, de industrialização mais lento, mais compatível com a estrutura, com o

peso da agricultura, do campesonato, do mujique, dessa tradição cultural, tecnológica da Rússia no processo de construção do socialismo.

Havia uma terceira perspectiva, que era dita da esquerda, representada por Trótski, pelo Preobrozheus Ky, cuja idéia fundamental era a chamada acumulação socialista primitiva, que implicava num processo de transferência de rendas, de riquezas, do campo para a cidade, através dos preços, do mecanismo de preços, preços agrícolas defasados *vis-à-vis* os preços industriais.

Falavam então da tesoura dos preços e, com isto, haveria a construção de uma base de recursos para a industrialização. Quer dizer, a agricultura seria a base, o suporte do processo de industrialização acelerado que se pretendia.

E, finalmente, a proposta ou o projeto que acabou sendo vitorioso, que é o projeto stalinista, que combinou ao princípio básico da esquerda uma violência sem tamanho e que levou uma segunda guerra civil, a um processo de esmagamento de Kúlak, não só do Kúlak mas de toda a agricultura. A estrutura agrícola da Rússia foi profundamente afetada por isso, com conseqüências que perduram até hoje.

Com isso, quero dizer que havia pelo menos quatro projetos para trabalhar a questão da agricultura, para pensar e estabelecer um ritmo, um processo de construção do socialismo, só para tomar esse ponto. Em outros pontos a gente poderia citar também as várias alternativas políticas que se colocavam.

O fato de ter vencido uma das posições, e essa posição ter se hegemonizado e depois destruído fisicamente, destruído com assassinatos, com mortes etc. as outras posições, não significa que era a única alternativa e nem que era a melhor. Ou seja, devemos entender a trajetória, a história do desenvolvimento do socialismo na Rússia, como um acontecimento político, que deve ser entendido politicamente e não como uma inevitabilidade histórica, como a única alternativa, como o único caminho possível.

Venceu a alternativa e essa alternativa produziu os efeitos que sabemos.

Quando se coloca a questão de que de um lado temos um mercado maravilhoso, um mercado fantástico, capaz de eficiência, de aumento de produtividade, e de outro, a deformação burocrática, o

atraso etc., essa é uma falsa disjuntiva. Não existe isso. É preciso dizer, por exemplo, que o socialismo ainda não foi tentado. Por que não tentar o socialismo?

E o que que é o socialismo, na minha perspectiva? Se eu pudesse resumir em duas palavras, seria a idéia de autogestão que Marx chamava de livre associação dos produtores, e, de outro lado, a democracia de base, a democracia socialista.

São essas duas coisas, fundamentalmente, que dão sentido, que qualificam o socialismo, na minha perspectiva. E essas duas coisas efetivamente nunca foram implantadas, de forma conseqüente, em nenhum lugar do mundo. Portanto, o socialismo ainda é uma alternativa concreta, real, que deve ser experimentada. Pessoalmente, coloco-me na posição daqueles que estão dispostos a tentar construir o socialismo nesse sentido.

Com relação à crise teórica que o marxismo estaria vivendo, existe hoje, nos jornais, uma discussão que é muito interessante, sobre a questão da luta de classes. Lemos, com espanto, que alguns intelectuais, alguns até de grande passado, de grandes contribuições ao marxismo, estão dizendo que a luta de classe acabou. Decretado: a luta de classes acabou e, junto com a luta de classes, muitas outras coisas acabaram. Por exemplo, o imperialismo também acabou. Não sei se vocês sabiam, mas não existe mais o imperialismo. Como também não existe mais o socialismo, e assim por diante.

Queria dizer duas coisas em relação a isso. Primeiro, me reportar a um artigo de Luiz Gonzaga Beluzzo na revista *Isto É*, que repercute uma entrevista do Weffort. Beluzzo diz assim: "O Weffort tem razão, pois efetivamente não há mais por que falar em luta de classes". O argumento dele é que se não existe mais classe, como então falar em luta de classes?

E por que não existem mais classes? Porque os processos contemporâneos de divisão do trabalho, de flexibilização dos mercados de trabalho, de fragmentação da classe operária, levaram a um virtual esvaziamento da consistência, da solidariedade de classe.

Então, a dinâmica capitalista levou a uma fragmentação tão absoluta da classe operária que, na verdade, ela não existe mais.

Eu queria discutir isso em detalhes. Se tomarmos Marx e *O Capital* como referência, vamos ver, no livro I do "Capital", uma seqüência extremamente interessante: de um lado, temos o processo de construção da classe operária a partir da cooperação simples, até a classe operária para si.

Quer dizer, de um lado o processo da construção da classe, da organização e da construção da classe em-si e depois para-si, com os desdobramentos que podemos fazer e que Gramsci chamava de "formas de resistência do trabalho ao capital". De outro lado, temos a construção do próprio processo de trabalho, enquanto forma de dominação dessa própria classe operária. Formas de organização da exploração da mais-valia.

Então temos dois processos interconectados e que são a própria expressão da luta de classes. Fazendo rapidamente a historinha disso, como é que o capital surge? O capital surge e encontra trabalhadores dispersos, artesãos, que trabalham isoladamente, cada um no seu local, na sua oficina. O capital faz o quê? Organiza essas pessoas sob um mesmo espaço e sob um mesmo comando, e a isso se chama de cooperação simples.

Ao fazer isso, o capital pretende duas coisas: disciplinar essa classe e economizar meios de produção e, assim, aumentar a produtividade, sem fazer nenhuma inovação tecnológica. É só uma inovação social que surge aí. É o que o Marx chama de trabalhador coletivo, do corpo coletivo de trabalho. E poderemos generalizar dizendo que esse é o embrião da construção da classe operária em si.

Quer dizer, a criação da classe operária e do capital é simultânea. O capital surge e, ao surgir, cria a classe operária, neste sentido; cria o trabalhador coletivo. Mas ao criar o trabalhador coletivo, o capital cria o seu outro, seu oposto. Os trabalhadores se organizam, descobrem no cotidiano a existência de uma identidade de princípios e, sobretudo, uma identidade objetiva, que é o fato de que se descobrem solidários contra aquele que os oprime, que os explora etc.

Então a classe operária se organiza e se constitui como um corpo que se opõe ao patrão, que se opõe ao capital. Qual é a estratégia, a resposta capitalista a esse processo de construção da classe operária em si? É a sua fragmentação através da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho, do ponto de vista da divisão técnica ou divisão manufatureira do trabalho, é, de um lado, uma estratégia política, realçada por alguns autores, como Stephen Margliar, como Gorz etc. É uma estratégia política de fragmentação da classe, de dis-

solver as relações de solidariedade que haviam se estabelecido entre eles. De outro lado, é uma estratégia econômica para aumentar a produtividade, como toda a economia da clássica tinha apontado.

Então, a estratégia da divisão do trabalho é uma estratégia política e econômica, que, criando o chefe, o subchefe, o contramestre, toda uma hierarquia de postos de trabalho, uma hierarquia de salário, acaba produzindo um efeito de segmentação desse corpo coletivo de trabalho.

Qual é a resposta dos trabalhadores? A resposta dos trabalhadores é a construção dos sindicatos. Já que não é possível construir a unidade produtiva, vamos construí-la fora. Dá-se uma organização fora da fábrica, e o sindicato é claramente a tentativa de recompor a unidade que o patronato rompeu, dentro da fábrica. Os trabalhadores reagem dessa forma e os capitalistas fazem mais um lance nesse jogo. O lance é a introdução de maquinaria, o desemprego, a redução dos salários em função do controle do desenvolvimento das forças produtivas, da tecnologia etc.

Qual é a resposta dos trabalhadores? Quebram as máquinas, põem fogo nas máquinas. O movimento ludita, o movimento dos quebradores de máquinas é, claramente, uma resposta operária a esta tentativa de desestabilização dos salários, do emprego etc. feita pelos patrões.

Os trabalhadores, a partir desse momento, dão um passo adiante e, no contexto dessa disputa, que é apenas uma disputa por melhoria dos salários, das condições do trabalho, descobrem pela primeira vez, que era possível um projeto alternativo; que não bastava apenas lutar por melhores salários, mas era preciso ou era possível lutar por um mundo novo, uma sociedade nova.

E é daí que surgem ou ressurgem determinadas idéias que já haviam aparecido antes, no contexto da Revolução Francesa e outras, que é a idéia do socialismo. Junto com a idéia do socialismo, a idéia de um partido revolucionário; e, junto com a idéia de um partido revolucionário, um Estado capaz de viabilizar a transição para o socialismo etc.

Os trabalhadores abandonam o projeto burguês e, a partir daí, já colocam no horizonte das suas pretensões políticas um novo projeto social, representado pela idéia do socialismo, do partido, da revolução etc.

Os patrões continuam na sua estratégia, e o passo seguinte ocorre já na segunda metade do século passado, com o chamado taylorismo e o fordismo, que são estratégias de controle da força de trabalho por meio de segmentação do taylorismo. E, no caso do fordismo, a tentativa de generalizar esse controle para além da fábrica, introduzindo uma série de instrumentos (que vocês, aqui, até conhecem melhor que eu), que são as estratégias de controle extrafábrica que os patrões desenvolvem na sua dominação.

A robotização, em curso hoje, e a automação seriam peças desse jogo, jogadas pelos patrões, pelo capital. Ou seja, quando Beluzzo fala que não existe mais classe e levanta, como argumento para isso, a existência desse processo de fragmentação, me parece ser uma contradição em termos. Isto não é nada mais que a expressão da própria luta de classes. É a estratégia patronal visando a recomposição ou a desestruturação da classe operária, cuja resposta é também visível. Existem vários argumentos que poderia listar aqui, no sentido até do entendimento da organização operária ao nível internacional.

Vamos tomar um caso muito clássico: a Fiat, uma fábrica que tem unidades aqui no Brasil e fora do Brasil. Os trabalhadores dessa fábrica descobriram que só é possível uma estratégia eficiente de luta contra os seus patrões, para conseguirem melhores salários etc., se se tiver uma visão global da estratégia dessa empresa ao nível internacional. O que implica em campanhas salariais onde haja uma troca de experiências, um balizamento de propostas comuns, uma tentativa de entendimento das estratégias de introdução de inovações tecnológicas, de automação, de robotização. Enfim, a internacionalização do capital, o processo de desenvolvimento dessas estratégias exige, propõe ao movimento operário uma resposta que também será internacional, que também será global.

Quando Beluzzo usa como argumento contra a existência de luta de classe o movimento da própria luta de classes, isso, francamente, é uma contradição clamorosa.

Afinal, o que está vivo e o que está morto no marxismo? Essa pergunta tem sido feita com muita insistência. Um livro publicado recentemente no Brasil, de um autor chamado John Elster, tem no final um balanço, onde ele faz uma lista do que está vivo e do que está morto. Para ele, existem muito mais coisas mortas do que vivas, no marxismo. Então, é um cemitério sem fim, morreu quase tudo.

Não vou fazer uma lista desse tipo, o que está vivo e o que está morto. Quero destacar o que me parece fundamental no marxismo, e reafirmar a sua vitalidade, a sua atualidade.

Se pudéssemos reduzir o marxismo à sua expressão máxima ou fundamental, diria que ele tem dois conceitos fundamentais. O primeiro é o conceito de alienação e o segundo é o conceito de práxis.

Quer dizer, o marxismo parte da perspectiva de que existe o mundo alienado, o mundo marcado pela inautenticidade das relações entre as pessoas, entre os produtores, e, por outro lado, que esse mundo alienado pode ser reconstruído, desconstruído e reconstruído. E que essa desconstrução e reconstrução é tarefa dos homens organizados, através de uma práxis política, teórica etc.

Neste sentido, o marxismo é um instrumento que denuncia o mundo alienado, mostra as suas deformações e as suas perversidades. E, por outro lado, propõe alternativas para superar este mundo. O marxismo é absolutamente vital, e, como dizia Sartre, é a filosofia insuperável do nosso tempo.

Isso significa dizer, por outro lado, que o marxismo não é algo pronto e acabado. O marxismo é o que se constrói também, que se reconstrói e se transforma. Só nessa perspectiva é possível entender, é possível aceitar a vitalidade do marxismo.

Para usar um autor (sei que José Paulo aprecia muito) o fundamental do marxismo é o método, e, diria mais, o fundamental do marxismo é levar a sério a idéia da dialética, é realizar a dialética. O que significa realizar a dialética? Significa entender uma frase de Goethe, que no *Fausto* diz assim (Mefistófeles falando): "Eu sou aquele que tudo nega e com razão, porque tudo que existe merece perecer."

Acho que esse é o nosso ponto: o marxismo se propõe, se debruça sobre o mundo, o mundo que é alienado, o mundo que é resultado de forças contraditórias, de movimento contraditórios. A única forma de comprender esse movimento do mundo é através de um método capaz de, ele próprio, ser dialético. O que significa dizer, a respeito da renovação, da permeabilidade do método, da flexibilidade do método, que ele está aberto para o novo, não é ossificado, não se cristaliza como dogma.

Neste sentido, estou inteiramente convencido de que os antídotos contra as deformações do marxismo, como procurei mostrar aqui,

vêm do próprio marxismo. Enquanto existirem as condições nas quais o marxismo foi criado, ou seja, o capitalismo, este mundo alienado do qual o marxismo é um crítico e ao mesmo tempo quer transformar, o marxismo continuará sendo fundamental.

2. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino

*José Paulo Netto**

A interlocução entre o que historicamente se constituiu como marxismo e o Serviço Social, processo que não tem mais de trinta anos[1], mostra-se hoje, — entre nós — e não só entre nós[2] —, como um *fato relevante.*

De uma parte, autores de inegável influência sobre a categoria profissional ou se vinculam diretamente ao referencial marxista ou recolhem nele (nos seus diversos veios) núcleos essenciais para as suas elaborações.[3] De outra, na dinâmica mesma da formação profissional básica, a tradição marxista conquista espaços[4] — ainda que longe

* Doutor em Serviço Social, autor de vários livros e professor da Escola de Serviço Social (Graduação e Pós-Graduação) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. Já me detive rapidamente sobre esta interlocução (cf. o meu artigo "O Serviço Social e a tradição marxista". *Serviço Social e Sociedade,* S. Paulo, Cortez, ano X, n.° 30, abril de 1989) e, nesta comunicação, darei por supostas as colocações feitas naquela oportunidade.

2. A partir do final dos anos 60, numa intensidade muito diferenciada, esta interlocução é visível em países da Europa Ocidental (França, Inglaterra, Portugal), nos Estados Unidos e é flagrante em segmentos profissionais latino-americanos.

3. Apenas para lembrar os nomes mais conhecidos, cite-se Marilda Villela Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros e Alba Maria Pinho Carvalho.

4. Cf., por exemplo, Vv.Aa., *A metodologia no Serviço Social.* Cadernos ABESS n.° 3, S. Paulo, Cortez, 1989, parte primeira e, especialmente, o número de *Serviço Social e Sociedade* dedicado à formação profissional (São Paulo, Cortez, n.° 14, ano V, abril de 1984).

de um tratamento minimamente adequado.[5] Enfim, na formação pós-graduada, há fortes indícios de que o interesse e a preocupação com ela não são episódicos.[6] E se se consideram alguns significativos foros profissionais e docentes — como os últimos congressos brasileiros de assistentes sociais e os eventos realizados por ocasião das convenções nacionais da ABESS nesta década —, estas constatações adquirem mais densidade. Com efeito, *tudo sugere que, no debate contemporâneo do Serviço Social no Brasil, as correntes marxistas configuram um campo teórico-ideológico que polariza discussões e propostas as mais expressivas.*

Esta polarização, que não se afirma sem problemas, encontra amplas resistências. Ancoradas nos segmentos conservadores do espectro profissional e docente, elas não se explicitam com a nitidez que possibilitaria um fecundo confronto de posições. Entretanto, não é pela falta de explicitação que essas resistências são menos operantes.

É neste contexto que oportunidades como a oferecida por este seminário devem ser vistas como largamente positivas, posto que, se devidamente aproveitadas, podem dinamizar condições favorecedoras do debate — que só este, numa perspectiva de pluralismo profissional, conduz ao esclarecimento de posturas e temáticas.

A comunicação, que a seguir se apresenta, centrando-se muito esquematicamente sobre aspectos de algum modo pertinentes ao desenvolvimento da interlocução mencionada, não pretende mais que contribuir — polemicamente e de um ponto de vista que se reclama da tradição marxista — para que melhor se enfrentem certas daquelas resistências e dificuldades outras, evidenciadas por companheiros que, na docência e na prática profissionais, apostam no adensamento da polarização a que me referi.

5. Eficiente abordagem de um aspecto deste tratamento inadequado encontra-se em C. Quiroga, *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social.* Belo Horizonte, UFMG, mimeo., 1989. (A ser lançado pela Cortez Editora, I semestre 91, com o título *Ensino da metodologia no Serviço Social.*)

6. Esta afirmação, faço-a à base da minha observação sistemática nos programas de pós-graduação da UFRJ e da PUC-SP.

A *teoria social de Marx* possui, como um de seus traços pertinentes, uma íntima relação com o *projeto socialista revolucionário.*[7] As conexões entre seu cariz especificamente teórico (a reprodução ideal do movimento real constitutivo do ser social na ordem burguesa) e suas dimensões prático-políticas (a projeção revolucionária a concretizar-se na ação organizada do proletariado) determinaram, como não poderia deixar de ser, o freqüente entrecruzamento de avaliações teóricas com apreciações políticas.

Tanto do ponto de vista dos seus legatários quanto da angulação dos seus oponentes, tal entrecruzamento adquiriu valor instrumental no marco das lutas de classes. De uma parte, a cientificidade declamada para a teoria avaliza a sua implementação prático-política, da mesma forma que os sucessos neste plano se invocam para caucionar a elaboração teórica. De outra, infirmar a teoria social de Marx contribui para desmobilizar a atividade política que visa superar a ordem burguesa, assim como desqualificar os movimentos e as experiências voltados para a construção da sociedade comunista ajuda a reduzir a imantação exercida pela teoria.

Por isto mesmo, a história da constituição e, sobretudo, do desenvolvimento desta tradição após a morte do seu fundador é uma seqüência interminável de autocelebrações e atestados de óbito — as primeiras modeladas numa fideísta afirmação de Lênin ("A doutrina de Marx é onipotente porque é exata"[8]) e depois repetidas à saciedade, os segundos, documentados na infinita ladainha acerca da crise do marxismo, da morte do socialismo e/ou do comunismo etc. Se as autocelebrações se mostram inconvincentes, o desgaste do clichê sobre

7. Como indiquei em outro lugar (cf. o meu livro) *Democracia e transição socialista*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 61-67), esta vinculação não é um laço externo entre uma teoria e uma proposta política; antes, trata-se de uma relação genética e metodológica, envolvendo mediações lógico-históricas.

8. Cf. V. I. Lênin, "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo", in *Obras escolhidas*. Lisboa-Moscou, Avante-Progresso, 1, 1977, p. 35. É bem verdade que o mesmo Lênin escreveu também: "Não consideramos, em absoluto, a teoria de Marx como algo perfeito e intangível; estamos convencidos, ao contrário, de que ela apenas colocou a pedra angular da ciência que os socialistas devem desenvolver..." (*apud* L. Paggi, na introdução a M. Adler, *El socialismo y los intelectuales*. México, Siglo XXI, 1980, p. 78). Mas, lamentavelmente, o que se afirmou no grosso do pensamento oficial marxista pós-Lênin foi, em geral, o espírito do texto antes citado.

a crise do marxismo quase acabou por retirar-lhe qualquer sentido — especialmente porque no geral associado ou a posições de apologia em face da ordem burguesa ou a perfis de trânsfugas. Enfim, ao longo deste século, o destino da herança de Marx guardou uma curiosa simetria com o destino do capitalismo: suas agonias e funerais foram inúmeras vezes proclamados.

Entretanto, é inegável, num exame rigoroso do desenvolvimento da tradição fundada por Marx — exame, aliás, hoje bastante facilitado pela existência de estudos que dela apresentam panorâmicas satisfatórias, mesmo que diferenciadas[9] —, é inegável a constatação de *crises reais*. O imbricamento, nelas, de dimensões teóricas com determinações políticas[10] surge em muitas situações como algo óbvio. Parece-me importante, porém, distinguir nestas situações as *crises de desenvolvimento teórico* das *crises de implementação prático-política.* E isto porque se pode verificar que as alternativas que se engendraram para ambas estão longe de revelar articulações sincrônicas, com a subsunção de umas às outras implicando um reducionismo que não passa sem graves problemas.

Um exemplo privilegiado se me afigura ilustrativo: entre o *Bernstein-Debatte*, do qual acabaria por emergir o chamado revisionismo[11], e a revolução bolchevique gesta-se e se adensa uma crise que vincula desenvolvimento teórico (a elucidação dos novos padrões societários postos pelo surgimento do monopólio) e implementação prático-política (a posição dos partidos socialistas em face da guerra), crise que sinaliza a própria falência da Segunda Internacional. E esta simbolizava, antes de mais, uma determinada leitura da obra de Marx — exatamente a leitura que derivou na constituição do marxismo:

9. Cf., entre outros títulos, V. Gerratana, *Ricerche di storia del marxismo*. Roma, Riuniti, 1972 (há edição castelhana: Barcelona, Grijalbo); P. Vranicki, *Storia del marxismo*. Roma, Riuniti, I-II, 1973 (há edição castelhana: Salamanca, Sígueme); E. J. Hobsbawn, org., *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1-2, 1980-1989; L. Kolakowski, *Las principales corrientes del marxismo*. Madrid, Alianza, I-III, 1985; VV. AA., *Histoire du marxisme contemporain*. Paris, UGE, I-VIII, 1976-1977.

10. Imbricamento de outro nível, aliás, está na base mesma da emergência da obra de Marx. Recorde-se que Lukács (cf. *El asalto a la razón*. Barcelona-México, Grijalbo, 1966, p. 471) não vacila em considerar a obra marxiana como a solução da crise posta pela dissolução da escola ricardiana na Inglaterra e pela dissolução do socialismo utópico na França.

11. Documentado estudo da questão encontra-se em B. Gustafsson, *Marxismo y revisionismo*. Barcelona, Grijalbo, 1975.

uma concepção reducionista do pensamento marxiano, vulgarizado a ponto de converter-se numa teoria fatorialista da história, numa sociologia evolucionista e numa projeção fatalista da transição socialista (tudo aquilo que Lukács resumiu como sendo o *marxismo vulgar*). Ora, os anos que vão da tomada do poder por Lênin, Trotski e seus companheiros ao desastre econômico capitalista de 1929 assinalam um *corte político* com a tradição da Segunda Internacional (visível, antes de mais, na criação da Internacional Comunista e dos partidos comunistas), mas a ultrapassagem dos impasses especificamente teóricos — que incluíam as novas concepções sobre o capitalismo dos monopólios (Hilferding, R. Luxemburg, Bukharin, Lênin, Grossmmann) e, muito notavelmente, o resgate da estrutura teórica da obra marxiana (Lukács, Korsch) — se vê congelada pelos próprios desdobramentos políticos do insulamento da experiência soviética, que acabarão (acrescidos a outros vetores) por desaguar na autocracia stalinista.[12] Esta readequará o *marxismo* da Segunda Internacional[13] às circunstâncias particulares de um discurso ideológico dimensionado para a legitimação das estratégias e táticas que implementará — precisamente o compósito acervo que entrará para a história como o *marxismo-leninismo*.[14]

O congelamento referido, no entanto, afetou sobretudo a reflexão que se operava nos marcos do pensamento oficial patrocinado pelas instâncias de poder (estatal e/ou partidárias) afinadas com a autocracia stalinista. Neste âmbito, parece indubitável que a produção intelectual — salvo raríssimas exceções — não avançou para além

12. Indicações acerca desses processos encontram-se nos textos arrolados na nota 9 e ainda em G. E. Rusconi, *Teoría crítica de la sociedad*. Barcelona, Martínez Roca, 1969, primeira parte e em G. Marramao, *O político e as transformações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

13. Como se sabe, no período da Segunda Internacional, emergiram leituras distintas da obra marxiana (*v.g.*, as enormes diferenças entre as concepções de R. Luxemburgo e as dos austro-marxistas); no entanto, não há dúvidas de que predominou amplamente a concepção atrás referida, sancionada pela autoridade de figuras como Plekhanov e Kautsky.

14. Tratei desta conversão do marxismo em marxismo-leninismo na introdução ao meu ensaio *Capitalismo e reificação* (São Paulo, Ciências Humanas, 1981) e retomei-a na apresentação ao volume *Stalin/Política* (coleção "Grandes cientistas sociais", São Paulo, Ática, 1982), bem como no opúsculo *Marxismo* (coleção "Primeiros Passos", São Paulo, Brasiliense, 1986). Discussões mais aprofundadas encontram-se nos textos referidos na nota 9 e também em I. Fetscher, *Karl Marx e os marxismos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970 e H. Marcuse, *Le marxisme soviétique*. Paris, Gallimard, 1963.

dos limites permitidos pela vulgata staliniana. Fora, porém, deste marxismo-leninismo, a pesquisa progrediu largamente, como o atesta, entre outros índices, a fecundidade do chamado "marxismo ocidental".[15] A derrocada da autocracia stalinista, cujo processo abriu-se com o XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, demarcou o colapso do marxismo-leninismo (mais exatamente: a *sua* crise) e é possível afirmar que, a partir de então, reduziram-se gradualmente as constrições institucionais para a reflexão nos círculos comunistas.[16]

O que desejo realçar enfaticamente com esta rápida digressão é que a dinâmica das *crises teóricas* não é determinada pelas *crises de implementação prático-política*.[17] Mais ainda: é preciso particularizar, no caso das primeiras, em que *espaço cultural* e em que *nível teórico* elas ocorreram e qual a sua *específica referencialidade* à obra marxiana.

Nos anos 70 — especialmente a partir da publicidade em torno dos ditos "novos filósofos" franceses —, reentrou em circulação o mote da "crise do marxismo". Num estudo sintético e precioso, Anderson[18] demonstrou cabalmente que, *do ponto de vista teórico*, não havia crise alguma. Ao contrário: se era verdade que em três pólos culturais (França, Itália, Espanha) o pensamento marxista parecia esgotado, não era menos verdade a sua vitalidade em outros espaços, notadamente nos países anglo-saxônicos e do Oriente desenvolvido.[19]

15. Cf., a propósito, duas avaliações diferentes sobre esta questão em P. Anderson, *Considerations on Western Marxism*. London, New Left Books, 1976 e J. G. Merquior, *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

16. Esta é uma afirmação muito geral, pense-se, por exemplo, no que até bem recentemente ocorria em vários países do "socialismo real" e parece ocorrer, ainda agora, em regimes autocráticos como os da Albânia e da Coréia do Norte — essas duas caricaturas de "socialismo".

17. A relação em tela é multívoca e polifacética .Se congelamentos teóricos podem contribuir para problematizar estratégias prático-políticas, os impasses nestas podem deflagrar tanto paragens quanto avanços significativos na reflexão.

18. P. Anderson, *A crise da crise do marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

19. "O que estava realmente em questão era a crise de *um certo marxismo*, geograficamente confinado à Europa latina — basicamente França, Itália e Espanha. Nesta área política e cultural, havia certamente algo próximo a um colapso da tradição marxista, nos fins dos anos 70, *no mesmo momento em que o marxismo estava conquistando ou consolidando novas posições ao longo de uma vasta frente externa*" (Anderson, op. cit., p. 33; os grifos não estão no original).

No entanto, esta vitalidade não cobria a inteireza teórica da reflexão: a ela não correspondiam avanços ou renovações no nível da elaboração política projetiva, em função, principalmente, da sua desarticulação com movimentos revolucionários de massa.[20] A discussão, pois, que não levar em linha de conta estas distinções estará inevitavelmente viciada.

Não menos decisivo, contudo, é determinar de que marxismo se está falando na menção à crise. Entre a Primeira Guerra Mundial e o colapso de 1929, *um* marxismo (o dominante na Segunda Internacional) entrou em crise — mas esta crise comprometeu a obra marxiana ou *uma* de suas interpretações? E a indagação não vale apenas para a dimensão especificamente teórica: o autêntico processo de falência do chamado "socialismo real", que testemunhamos nos últimos meses, em que escala vulnerabiliza a teoria social de Marx? Questões como estas nada têm de acadêmicas ou eruditas; penso, mesmo, que de suas respostas podem advir uma clarificação indispensável para colocar no centro do debate o fulcro do problema: a relação do que entra em crise (teórica e praticamente) com a teoria social de Marx.

No primeiro caso, a resposta parece inconteste: à crise do marxismo da Segunda Internacional seguiu-se um *desenvolvimento* de dimensões fundamentais do pensamento marxiano — tenha-se em vista boa parte da contribuição de Lukács nos anos 20 e parcelas do que veio a constituir o "marxismo ocidental". Quanto às experiências do chamado "socialismo real", recorde-se liminarmente que a sua crítica inscreveu-se muito precocemente no *interior* da tradição marxista: sem lembrar os problemas imediatamente postos pelo "renegado" Kautsky e pela sempre incômoda Rosa Luxemburgo, vale evocar as elaborações de Trotski e vários de seus companheiros e as lutas conduzidas por todos os que se opuseram à autocracia stalinista. Evidentemente, este não é o lugar para fazer um sumário balanço da crítica a que estamos aludindo.[21] Mas cumpre frisar que supor que a

20. "A reunificação da teoria marxista com a prática popular num movimento revolucionário de massas falhou consideravelmente em se materializar. A conseqüência *intelectual* deste fracasso foi, lógica e necessariamente, a carência geral de um pensamento *estratégico* real na esquerda dos países avançados — isto é, uma elaboração qualquer de uma perspectiva concreta ou plausível para uma transição da democracia capitalista para uma democracia socialista" (Anderson, op. cit., p. 32).

21. No período que se segue à Segunda Guerra Mundial e vai até o XX Congresso do PCUS, pense-se especialmente nos trabalhos de Deutscher e no empenho de teóricos iugoslavos. De 1956 em diante, essa crítica se alarga

falência do "socialismo" é processo que encontra a tradição marxista em estado de inocência é operar no reino da ficção (ou da mistificação). E importa assinalar que tal falência — sem dúvida processando-se num *ritmo* surpreendente — arrasta consigo o elenco de dogmas próprio à residualidade do marxismo-leninismo sobrevivente à crise da autocracia stalinista. Assim, *a crise do "socialismo real" só pode ser identificada à "crise do marxismo" se este, por seu turno, for identificado com o marxismo-leninismo.* Por outro lado, e simultaneamente à emersão dos primeiros sinais da crise do "socialismo real" e aos flagrantes impasses que continuam dados às forças socialistas nos países capitalistas desenvolvidos (aquela carência estratégica referida por Anderson[22]), a reflexão ancorada na obra de Marx prossegue evoluindo — as observações do mesmo Anderson me parecem *atuais* neste final dos anos 80.

Se esta argumentação é procedente, cabe pontuar, como hipóteses de trabalho, que:

1. Não é legítimo equalizar as crises que chamei de *desenvolvimento teórico* às de *implementação prático-política* (nem no passado, nem no presente);
2. O desenvolvimento do pensamento inspirado em Marx sempre foi *plurívoco*, implicando desdobramentos alternativos cujos patamares de arranque, com inusitada freqüência, foram postos por crise na exploração de outras linhas de reflexão concorrentes; logo, a emersão de uma crise numa destas linhas não configura, necessariamente, *a* crise da tradição marxista;
3. A avaliação do alcance e da magnitude das crises ocorrentes numa linha de reflexão inserida na tradição marxista depende, em primeiro lugar, de uma *avaliação global* do estado desta tradição como um todo.

e se amplia e o que se pode verificar é uma intensa pesquisa que procura detectar as causalidades da constituição de padrões societários que, em nome do socialismo e seus ideais, revelam-se impermeáveis à componentes nucleares das concepções marxianas. Como exemplos desta pesquisa, posteriores à brutal invasão da Tchecoslováquia (1968), cite-se alguns textos produzidos pela "Escola de Budapeste" (A. Heller, F. Fehér, C. Markus, M. Vajda) até meados dos anos 70 e o estudo de R. Bahro, *A alternativa para uma crítica do socialismo real* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980).

22. Problema aliás que já era antecipado nos anos 30 — salvo erro, boa parte da reflexão teórico-política de Gramsci o atesta.

No quadro mesmo destas hipóteses de trabalho, julgo que é oportuno insistir no *caráter plurívoco* do desenvolvimento do pensamento inspirado em Marx. Para determiná-lo melhor, eu diria, sinteticamente, que a obra de Marx fundou um modo original de apreender o ser social na análise crítica da sociedade burguesa e sua dinâmica, análise que incluiu necessariamente a alternativa (inscrita no movimento desta sociedade) da revolução socialista. Tendo como pedra de toque o pensamento marxiano, desenvolveu-se uma tradição teórico-ideológica, dos anos 80 do século passado aos dias de hoje. No bojo desta tradição se entrecruzaram e se entrecruzam propostas diferenciadas, conquistando alternadamente a hegemonia no interior desse leito histórico graças a razões diversas (desde o seu apelo intelectual à sua funcionalidade política). Respondendo, melhor ou pior, aos desafios históricos em face dos quais se foram erigindo, tais propostas tanto alargaram o universo temático daquela tradição quanto se vincularam seletivamente a algumas dimensões do pensamento marxiano. Vale dizer: a obra de Marx (*marxiana*) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (*as correntes marxistas*) que, no seio de um bloco teórico-ideológico diferenciado (*a tradição marxista*), oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou colidentes para os problemas que se foram e se vão colocando no mundo burguês e nos empreendimentos para ultrapassá-lo.

À base destas pontuações, penso que muito do traço aparentemente dramático das "crises do marxismo" adquire a sua verdadeira ponderação — percebe-se, antes de mais, que essas "crises" (ou crises) não são novas nem terminais, constituindo-se freqüentemente em detonadores de processos de renovação e resgate que só têm futuro na medida em que se remetem à obra marxiana. Evidentemente, esta remissão deve ser crítica: Marx não foi um profeta nem um sábio infalível; o desenvolvimento do mundo burguês trouxe à tona problemas insuspeitados ao seu tempo — a remissão a Marx só tem sentido enquanto remissão ao seu *modo de tratar o social* (isto é, a sua *impostação teórico-metodológica* e não necessariamente aos resultados a que ele chegou[23]); de fato, é *permanente* tarefa da crítica identificar com rigor o que permanece "vivo" e o que se torna "morto" no legado de Marx.

23. Quanto a isto, as observações lukacsianas de 1923, em "O marxismo ortodoxo", permanecem inteiramente válidas (o ensaio referido encontra-se no volume *Lukács/Sociologia*. Coleção "Grandes cientistas sociais", São Paulo, Ática, 1981).

A desdramatização das "crises" (ou crises) do marxismo, porém, nada tem que ver com a aquisição, pelos marxistas, de uma espécie qualquer de "consciência feliz". Inversamente: a problemática posta à sociedade nesta transição de século exige um rigoroso esforço teórico-crítico. O acúmulo da tradição marxista está longe de esgotar esta problemática. Os impactos causados pela falência do "socialismo real" são apenas um índice dos desafios. E se não há nenhuma garantia apriorística de que a tradição marxista dará a eles tratamentos e respostas satisfatórios, também não existe *nenhum* sinal de que outras matrizes teóricas disponham de similares condições intrínsecas para fazê-lo.

Marxismo e Serviço Social no Brasil[24]

A análise das relações entre a tradição marxista e o Serviço Social no Brasil revela dois elementos que devem ser destacados à partida.

O primeiro é que esta interlocução só se estabelece efetivamente no curso dos anos 60, quando o Serviço Social já alcançara — depois de três décadas da sua implantação entre nós — um significativo patamar de institucionalização. E, apesar de débil, a tradição marxista já produzira, no país, pelo menos duas grandes matrizes interpretativas da formação social brasileira — as elaboradas por Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré — e vários textos dos "clássicos" se encontravam difundidos.[25] Não pode restar dúvidas de que esta tardia interação se deve, claramente, ao *profundo conservadorismo* que dominava os meios profissionais.[26] O segundo é que a interlocução com a

24. Discuti amplamente esta problemática na segunda parte de minha dissertação de doutoramento, publicada pela Cortez Editora sob o título *Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964*. Aqui, retomo apenas algumas das idéias ali expressas, naturalmente sem a fundamentação que então elaborei.

25. Não há dúvidas sobre a debilidade da cultura marxista brasileira até 1964 — conforme se constata no exame de não poucos analistas. Quer-me parecer, porém, que esta debilidade vem sendo tratada muito unilateralmente; como alternativa a esta unilateralidade, cf., entre outros, A. A. Canelas Rubin, *Partido comunista, cultura e política cultural*. S. Paulo, USP, mímeo., 1986 e E. Carone, *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986. Cf. *infra*, nota 27.

26. E, ainda, à ausência de uma definida *preocupação teórica* entre os assistentes sociais.

tradição marxista, salvo na entrada dos anos 80 (como veremos), operou-se basicamente *sem a referência direta à teoria social de Marx*, valendo-se especialmente de intérpretes e de manuais de divulgação de qualidade discutível.[27] Ou seja, também no relacionamento com a tradição marxista reiterou-se entre nós uma velha tara do Serviço Social — a ausência de um exame das fontes originais da reflexão sobre a sociedade.

Mas as relações entre a tradição marxista e o Serviço Social, entre nós, só adquirem a sua plena inteligibilidade se as considerarmos no quadro mais amplo da *renovação profissional* que se efetiva entre meados dos anos 60 e o início da década de 80. De fato, neste lapso de três lustros, muda substantivamente o panorama da profissão em nosso país. A crise do Serviço Social tradicional — já emergente na entrada da década de 60 — é precipitada pela "modernização conservadora" implementada pela ditadura burguesa que se instaura a 1.º de abril de 1964. A curto prazo, esta "modernização conservadora" redimensionará os espaços abertos ao Serviço Social, estimulando e/ou reprimindo tendências profissionais; acima de tudo, inscrevendo realmente a formação profissional no circuito da sua universidade "refuncionalizada" (a designação é de B. Freitag) e desatando políticas sociais descaradamente favorecedoras ao grande capital, a ditadura acabará por *laicizar* o Serviço Social.

É neste terreno que a profissão se renovará no Brasil, e esta renovação implicou na sua *diferenciação interna*. Como resposta imediatamente funcional à "modernização conservadora" — e, pois, estimulada por ela —, desenvolve-se uma *tendência modernizadora* no Serviço Social, resgatando os vieses do desenvolvimento e enfatizando uma instrumentalização operativa embasada nas Ciências Sociais de lastro neopositivista (com apelo notável ao Planejamento e à Administração de Recursos); trata-se da vertente profissional que se afirma no Seminário de Araxá (1967) e se consolida no Seminário de Teresópolis (1970). A colagem desta tendência aos projetos pertinentes à ditadura fez com que, na crise desta última, ela perdesse ressonância no debate profisisonal — mesmo que tenha apresentado formulações extremamente elaboradas.[28]

No contraponto do tecnicismo próprio desta tendência, explicita-se, no curso da segunda metade dos anos 70, uma vertente alternativa, que recusa o cariz modernizante em função do seu valor neopositivista.[29] Reclamando-se depois inspirada na fenomenologia, mas originalmente travada por valores católicos convencionais (obliquamente, reagentes ao peso da Teologia da Libertação),[30] esta corrente procurará resgatar traços inteiramente tradicionais da profissão, porém subsumidos em elaborações que buscam ampliar as referências teóricas do fazer profissional, contemplando privilegiadamente em microescala. A sua crítica explícita ao ranço positivista do perfil profissional acompanha-se de uma crítica tácita aos influxos marxistas.

Concorrendo com estas duas tendências renovadoras — e concorrendo em condições inicialmente muito desiguais e difíceis, dado o seu caráter de aberta oposição à ordem de coisas instaurada pelo regime oriundo do 1.º de abril — é que emergirá a tendência que vai reclamar (por longo tempo, até o exaurimento da ditadura, de forma compreensivelmente esópica) a relação com a tradição marxista. Trata-se de uma vertente que, simétrica às posições mais avançadas do chamado processo de reconceptualização latino-americano, buscará uma *ruptura* com a herança conservadora — teórico-ideológica e

27. E não vale, aqui, a escusa da carência bibliográfica — embora se saiba que a tradução da versão completa de *O Capital* só se tornou acessível no nosso mercado bibliográfico a partir de 1967. Com efeito, além das *Obras escolhidas de Marx e Engels*, lançadas pela editora do PCB (Editorial Vitória, Rio de Janeiro) entre 1961 e 1963 (e que continham, entre outros trabalhos de Marx: *Teses sobre Feuerbach, Salários, preços e lucros, A guerra civil na França, Crítica do Programa de Gotha*), até o final dos anos 60 estavam disponíveis, no mercado brasileiro, traduções dos seguintes textos marxianos: *Miséria da filosofia, O 18 brumário de Luís Bonaparte, Cartas a Kugelmann, A questão judaica, Manuscritos de 1844, As lutas de classes na França* e *Para a crítica da economia política*. De Engels, além dos textos contidos nas *Obras escolhidas* (entre outros: *Do socialismo utópico ao socialismo científico, Dialética da natureza, L. Feuerbach e o fim da filosofia clássifa alemã*), já se publicara *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. E dos dois "clássicos", além do *Manifesto do partido comunista*, já estava editada a parte mais significativa de *A ideologia alemã*.

28. Penso, especialmente, nos trabalhos de José Lucena Dantas. Cabe observar que a perda de ressonância desta vertente nos debates profissionais não significa que ela tenha perdido gravitação nas práticas profissionais.

29. O trabalho de Ana Augusta Almeida, *Possibilidade e limites da teoria do Serviço Social* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978), é o marco mais visível da emergência desta alternativa.

30. Mais recentemente, surgiram trabalhos que, inscrevendo-se nesta alternativa, não se embasam exatamente nas mesmas valorações ideológicas — é o caso do ensaio de Anésia S. Carvalho, *Metodologia da entrevista. Uma abordagem fenomenológica* (Rio de Janeiro, Agir, 1987).

prático-profissional — do Serviço Social, recorrendo, pela primeira vez na história da profissão no Brasil, à interlocução com o pensamento marxista.

Na base desta vertente encontram-se vários vetores. Um deles é a relação do movimento estudantil dos anos 60 com o processo cultural brasileiro, que entre 1961 e 1968 (vale dizer, até o AI-5) foi hegemonizado por forças progressistas e de esquerda — boa parte dos animadores desta tendência, nas décadas seguintes, era herdeira do caldo cultural antiditatorial e anticapitalista daqueles anos. Outro vetor é o visível deslocamento de setores da Igreja Católica — cuja hierarquia jogara forte na legitimação do golpe de 1.° de abril — para posições contestatárias ao conservadorismo e à ditadura. Enfim, mediata e objetivamente, esta vertente expressava (nas condições possíveis da época) a crescente gravitação dos interesses dos trabalhadores na sociedade brasileira (mesmo que tais interesses não encontrassem canais legais de explicitação).

É esta vertente que estabelecerá o relacionamento do Serviço Social com a tradição marxista — com inúmeros problemas. Sua afirmação no debate profissional descreve uma curva que não pode ser desvinculada do quadro sócio-político abrangente: ela emerge numa unidade de ensino na primeira metade dos anos 70 (toma forma na experiência levada a cabo, mormente entre 1972 e 1975, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais) como projeto global de formação, intervenção e extensão[31] e logo se insula; no adensamento da oposição democrática, dinamizada a partir do pleito de 1974 e acentuada, em seguida, com a reinserção da classe operária na cena política, ela conquista um espaço acadêmico dotado de amplo efeito multiplicador — são nomeadamente as pesquisas realizadas no âmbito da formação pós-graduada, que se delineiam na transição dos anos 70 aos 80[32] e qu eassinalam uma nítida preocupação teórico-analítica;[33] já nos anos 80, beneficiando-se da crise aberta da ditadura e suas implicações, esta vertente ganha maturidade teórica,[34] consolida-se no território acadêmico e o desborda para inserir-se (com uma ressonância que me parece exagerada em relação ao seu peso efetivo sobre as práticas profissionais) no amplo debate da categoria.

A vinculação desta tendência — por outro lado, internamente diferenciada — com a tradição marxista, já o sugeri, variou no curso do seu desenvolvimento. Nos seus dois primeiros momentos, a interlocução não foi com as fontes originais — quando de sua emersão, na experiência belo-horizontina, ela caldeava o neopositivismo althusseriano com vieses maoístas, valendo-se mesmo de impostações próprias da dogmática do marxismo-leninismo;[35] quando de sua afirmação acadêmica, nela sobressai uma abordagem que privilegia aspectos epistemológicos, mas onde se surpreende uma ampliação das referências teóricas (o que não passou sem problemas)[36]; é somente com a sua consolidação que se opera uma referência cuidadosa às fontes "clássicas", recuperando-se até mesmo a natureza ontológica do pensamento marxiano.[37] Por tudo isto, não é raro encontrar nas formulações pioneiras desta tendência traços pouco compatíveis com uma rigorosa incorporação do pensamento marxiano — traços que apontam para o mecanicismo e o ecletismo.

A partir de meados dos anos 80, a intervenção desta tendência beneficiou-se do acúmulo antes realizado, resgatado nas condições

31. A documentação completa da experiência é hoje de difícil acesso. Alguns materiais encontram-se reproduzidos em Leila L. Santos, *Texto sde Serviço Social* (São Paulo, Cortez, 1985).

32. Aqui, papel fundamental foi desempenhado, principalmente na pós-graduação oferecida pela PUC-RJ, por professores de outras áreas, mas com vinculações teóricas com a tradição marxista (penso especialmente na influência exercida então pela prof.ª Miriam Limoeiro Cardoso).

33. Não cabe aqui a listagem das produções representativas deste momento — cite-se, apenas, os trabalhos de Josefa B. Lopes (*Objeto e especificidade do Serviço Social: o pensamento latino-americano*. S. Paulo, Cortez, 1979), de Maria Helena A. Lima (*Serviço Social e sociedade brasileira*. S. Paulo, Cortez, 1984) e de Alba Maria Pinho Carvalho (*A questão da transformação e o trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1986).

34. Como o atesta o trabalho de Marilda Villela Iamamoto, só parcialmente reproduzido no volume, em co-autoria com Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (São Paulo, Cortez, 1983).

35. Caldeamento que deitava raízes no próprio posicionamento político dos protagonistas da experiência, curiosamente "críticos" em face da política "tradicional" do PCB, mas haurindo-se do "tradicionalismo" do marxismo-leninismo. Aliás, objeto promissor de pesquisa — de que neste momento se ocupa Lídia M. Rodrigues da Silva — é o *conduto político* por que se realizaram as primeiras interlocuções entre tradição marxista e Serviço Social no Brasil.

36. Ampliação visível no já citado trabalho de Alba Maria Pinho Carvalho, que faz um apelo intensivo a Gramsci, recuperando as suas categorias de *hegemonia* e *intelectual orgânico*; um conhecido especialista da obra de Gramsci, porém, vê problemas na interpretação que a autora faz do pensamento do teórico sardo (cf. Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, nota à p. 87).

37. Cf. o primeiro capítulo do já citado trabalho de Marilda V. Iamamoto.

favoráveis que só as liberdades políticas oferecem. Seus protagonistas se ampliaram e diferenciaram,[38] alguns de seus atores — afastados da vida brasileira por força das suas convicções democráticas[39] — puderam retomar a sua produção no país e, muito especialmente, seus influxos fazem-se sentir sobre elaborações que, embora sem uma expressa filiação marxista, seriam impensáveis, não fora o seu desenvolvimento anterior.[40]

Um sumário balanço do aporte específico que a vertente que estabeleceu relações com a tradição marxista forneceu ao Serviço Social no Brasil indica que seu saldo positivo é inequívoco. Muito esquematicamente, é possível observar que se deve à sua contribuição:

1. A ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência;
2. O desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social;
3. O reconhecimento da necessidade de explicitar, com a máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais;
4. A ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país.

Trata-se de créditos que não podem ser minimizados. Mas que não devem, absolutamente, reduzir a magnitude dos desafios que esta tendência tem por superar. Adjetivamente cabe-lhe escoimar do seu âmbito as seqüelas sectárias com que às vezes ainda se manifesta. *Substantivamente, cumpre-lhe elaborar contributos que subsidiem pautas de intervenção profissional factíveis e adequadas ao padrão de institucionalização do Serviço Social no Brasil* — o que, como se vê, implica um árduo processo de pesquisa e de formulação, necessariamente sistemático e organizado, e que já não pode mais ser postergado.

38. Quanto a isto, é ilustrativa a polêmica registrada na parte segunda do primeiro texto citado na nota 4.

39. Penso, nomeadamente, em Vicente de Paula Faleiros e Nobuco Kameyama.

40. Apenas duas indicações: a pesquisa de Aldaísa Sposati (*Vida urbana e gestão da pobreza*. S. Paulo, Cortez, 1988) e o ensaio de Maria Lúcia Martinelli (*Serviço Social: identidade e alienação*. S. Paulo, Cortez, 1989).

O marxismo na formação profissional

Se visualizo na inteira década que se inicia no próximo ano, a tendência que me parece mais plausível, no marco da formação profissional dos assistentes sociais, é a que comporta a definitiva inserção, nela, das problemáticas típicas da tradição marxista. Somente uma brutal regressão política no país (que se me afigura possível, porém muito pouco provável) poderia reverter esta tendência.

Há razões suficientes para calçar esta projeção. Algumas estão implicadas no próprio desenvolvimento já alcançado, no interior do Serviço Social no Brasil, pela vertente que se conecta à tradição marxista. Existem outras, todavia: o nível de explicitação das lutas de classes na nossa sociedade, o protagonismo social que as camadas trabalhadoras nela vêm assumindo. E há aquelas correlacionadas às próprias exigências da crítica social no Brasil: exceto se se supor que será viável manter neste país o padrão capitalista na sua forma hoje vigente, a interveniência de um pensamento radical (que a obra marxiana privilegiadamente fecunda) será uma requisição cada vez mais forte entre nós. Enfim, existe o patamar atingido pela própria cultura de esquerda nestas latitudes, que, como um todo, implica a presença da tradição marxista no seu variegado espectro.

No entanto, como compatibilizar esta projeção (que alguns considerarão demasiado otimista) com a crise que a tradição marxista experimenta atualmente — crise de implementação prático-política (com clara visibilidade na nossa sociedade)[41], potenciada com a falência do "socialismo real"? A questão se complica quando levamos em conta a pressão burguesa, que opera eficientemente — manipulando as representações sociais com a sua *mídia* — para identificar num todo único e orgânico esses componentes e proclamar, pela enésima vez, a morte do marxismo. Não haveria, no fundo, uma contradição entre a projeção sugerida, seus sustentáculos e as condições ideopolíticas em que nos movemos?

Entendo que devemos enfrentar esta situação com a clara consciência dos limites que temos. Com rigor teórico e firmeza crítica, devemos e podemos distinguir a falência do "socialismo real" (contribuindo para elucidar a natureza das suas experiências) da crise de

41. Quanto a isto, são flagrantes os indicadores que se colhem em todos os partidos e movimentos que se reclamam vinculados à tradição marxista.

implementação prático-política da tradição marxista; devemos e podemos nos apropriar desta tradição, avançando no equacionamento da problemática profissional. Mas devemos levar em conta que o processo de reversão deste clima (e desta campanha) anti-marxista transcende largamente a nossa atividade *que, todavia, é indispensável* — sua reversão implica toda uma dinâmica de forças sobre as quais não temos controle. Numa passagem célebre, Marx observou que não basta ao pensamento tender para a realidade, é preciso que esta tenda ao pensamento.[42] Ou seja, a superação do quadro que aparece imediatamente como negativo para a tradição marxista não depende só da nossa vontade mas também de processos que nos escapam.

Os problemas aí contidos, entretanto, não se esgotam com esta postura de, digamos, realismo. A falência do "socialismo real" não fecha simplesmente uma história com a derrubada do Muro de Berlim ou com a reentronização de mecanismos de mercado em Estados que até há pouco os esconjuravam — isto é apenas um capítulo, talvez um só episódio inicial de uma ampla seqüência histórico-social que, seguramente, não irá passar sem alguns imprevistos e muitas armadilhas. O colapso de regimes construídos no molde autocrático-stalinista soluciona as crises, os antagonismos, as contradições, as tensões do mundo burguês? Não introduz novos feixes de perturbação, até em escala planetária? E não contém um potencial erosivo para as próprias camadas trabalhadoras que, repudiando aqueles regimes, pelo menos à primeira vista, parecem desejar uma transição... para o capitalismo? E, finalmente, aquela falência aporta algum elemento duradouro que, para as massas populares da periferia capitalista, as faça parceiras da legitimação das formas burguess que suportam? Ou ainda: tal falência afeta em alguma medida ponderável a análise crítica marxiana da ordem burguesa?

A curtíssimo prazo — isto é, na entrada dos anos 90 —, penso que uma forte pressão negativa se fará sentir sobre a tradição marxista. Mas, para além deste curtíssimo prazo, estou convencido de que ela (pelo movimento da realidade, dinamizado pelas suas tendências de fundo) reverterá essas condições desfavoráveis. E quem investe na formação profissional não pode, em nenhuma hipótese, trabalhar a curtíssimo prazo. Por isto, e pelas indicações anteriores, arrisco-me a

42. K. Marx, *Contribution à la critique de la philosophie du droit de Hegel*. Paris, Aubier Montaigne, 1971, p. 85.

visualizar a próxima década como um decênio em que a tradição marxista se inserirá fortemente na formação dos assistentes sociais.

Na escala em que tal inserção está, em alguma medida, sob nosso controle, eu diria que ela depende, desde já, de três condições[43]:

a) Do próprio desenvolvimento teórico-profissional do Serviço Social, assegurando e aprofundando a sua pertinência às instâncias acadêmicas;

b) Do desenvolvimento específico das correntes profissionais que se reclamam legatárias da tradição marxista (especialmente no que toca à sistematização de pautas para a intervenção profissional);

c) Das condições em que se operar o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista.

O suposto em *a* configura um elenco muito complexo de questões, principalmente no que cabe particularmente aos docentes e discentes (em vinculação com organismos da categoria profissional): uma estruturação curricular e programática que, formando um profissional apto para atender às demandas postas no mercado de trabalho, esteja habilitado a detectar demandas emergentes — um *profissional competente*: competente teoricamente (que conheça as grandes matrizes das ciências sociais e a teoria social de Marx), competente tecnicamente (que saiba utilizar criteriosa e eficazmente as várias técnicas interventivas) e competente politicamente (que reconheça o significado social da sua ação profissional e compreenda as possibilidades e os limites do trabalho institucional). Até agora, não há indícios sólidos de que a implantação do novo currículo mínimo (apesar de todos os seus problemas, um avanço) esteja produzindo massivamente estes profissionais.[44] Desnecessário aduzir, também, que a formação, para gestar este profissional, não só deve estar vinculada à pesquisa — aliás, uma das dimensões acadêmicas básicas — como deve articular-se numa

43. Abstraio aqui, por razões compreensíveis, a questão mesma da universidade brasileira (que se imbrica com a questão mais ampla da educação formal no país), mas entendo que a existência de uma universidade pública, democrática, laica e qualificada (e naturalmente gratuita) é a base indispensável dessas três condições.

44. Esta afirmação, faço-a sem elementos probatórios e controláveis — portanto, ela deve ser tomada em conta com muita cautela.

ótica pluralista[45]. Enfim, quero agregar que a formação não pode limitar-se à socialização dos novos profissionais, mas deve estender-se (através dos mais variados mecanismos) aos profissionais já atuantes no mercado de trabalho.[46].

O suposto em *b* extrapola inteiramente o âmbito desta comunicação — remete aos desafios atuais que se colocam aos profissionais vinculados à tradição marxista.

O suposto em *c* é o que cumpre tematizar agora, à guisa de conclusão.

Tanto ao nível da graduação quanto da pós-graduação — contempladas todas as suas particularidades —, o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista depende, em primeiríssimo lugar, da *qualificação dos quadros docentes*. Isto implica uma preparação de base geralmente longa e um sistemático e contínuo trabalho intelectual. Só é possível pensar num ensino sério desses conteúdos quando os responsáveis por ele conhecerem as fontes originais da tradição marxista, se apropriarem dos seus debates e polêmicas mais importantes (no interior do próprio campo marxista e com as outras vertentes que constituem as ciências sociais). Este é o único caminho para o expurgo dos sectarismos, dos vulgarismos e do ecletismo.

Em segundo lugar, este ensino sério só é viável se partir da *constatação rigorosa* (o que, evidentemente, supõe a competência docente) *do desenvolvimento plurívoco da tradição marxista e do reconhecimento franco e crítico da sua crise de implementação prático-política*, assim como das crises efetivamente já experimentadas pelo legado de Marx. É claro que se impõe aqui, imperativamente, a distinção entre as dimensões teóricas e políticas da tradição marxista — *a sua unidade não pode ser situada como uma identidade* —; isto significa, antes de tudo, que o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista não pode ser confundido com pedagogia político-partidária e que a especificidade da teoria não se dissolve no espaço da política.

45. Suponho que a questão do pluralismo tenha sido tratada, na abertura deste Seminário, pelo prof. Carlos Nelson Coutinho. Como conheço bem as suas idéias sobre este tema, limito-me a dizer que as subscrevo substantivamente.

46. Eu acrescentaria ainda que a reciclagem e a especialização, na perspectiva de uma formação contínua, devem merecer especial atenção dos profissionais vinculados à tradição marxista.

Em terceiro lugar, consideradas as exigências próprias e distintas dos níveis de graduação e pós-graduação, *o ensino deve aproximar o estudante da escritura original de Marx*. Se, conforme a peculiaridade de cada nível, a tradição marxista pode ser tratada por meio de fontes secundárias ou mediante a intervenção exclusiva do docente, a teoria social de Marx deve ser examinada pelo estudante na sua fonte primária — que não é substituível por nenhuma interpretação.

Finalmente, todos estes passos devem — objetivo a ser concretizado da forma a mais explícita possível — remeter a uma acumulação que, no marco do Serviço Social, já é produto da relação com a tradição marxista.

Estes, no meu entender, são os parâmetros que devem balizar o ensino dos conteúdos pertinentes à tradição marxista. São parâmetros básicos, que apenas demarcam o campo onde se vai movimentar a crítica, a experiência e a criatividade dos docentes.